

UNIVERSIDAD CENTRAL DE VENEZUELA
CENTRO DE ESTUDIOS DEL DESARROLLO (CENDES)
CURSO DE "PLANIFICACION Y POLITICAS DE SALUD"

C E N D E S

Tema: História e planificação

Fuente: Ensaio de sociologia do desenvolvimento. São Paulo, Livraria Pioneira, 1970. pp. 11-51

Autor: Luiz Pereira

(sólo para distribución interna)

1981

História e planificação

Esta é uma tentativa de formulação de um quadro de referência para o cultivo sistemático de um conjunto de conhecimentos, em parte disponíveis e em parte por obter, que constituiriam o que se chamaria de sociologia do planejamento ou sociologia da planificação — tomando-se aqui estas expressões como sinônimas. A elaboração desse quadro de referência implica três passos pelo menos: a caracterização do planejamento (ou planificação) como processo social, o estabelecimento das conexões entre política e planificação e a identificação das variedades em que a planificação se realiza.

I

O que se entende por ponto de vista sociológico depende da concepção que se tenha da posição da sociologia no quadro das ciências sociais. Estas estudam o homem como construtor de sociedades e culturas, vale dizer, o homem como construtor d'ele próprio. Em outras palavras, as ciências sociais estudam a *praxis coletiva* (ou social) e seus produtos (ou objetivações) materiais e não-materiais.

Conforme as possibilidades metodológicas de observação e interpretação deste "setor" do mundo, podemos com Mannheim (sem aderirmos aos seus pressupostos metodológicos últimos) identificar uma preocupação com as determinações universais da *praxis coletiva*, que resulta numa sociologia analítica, universalizante ou anistórica: a *sociologia sistemática*, disciplina especial, enquanto apreensão analítica de uma dimensão, tal como outras ciências sociais predominantemente o são. E iden-

tificamos, por outro lado, uma preocupação com os *tipos macroestruturais históricos* em que a *praxis coletiva* se configura. Esta preocupação conduz à apreensão das totalidades histórico-sociais, pluridimensionais. Como resultado, temos uma sociologia que, no quadro das ciências sociais, realiza um conhecimento sintético. Guardadas as diferenças metodológicas entre Mannheim e Sartre, esta disciplina é o que este designa por *antropologia sintética* e aquele por *sociologia diferencial ou estrutural*. (Quanto a Mannheim, veja-se "The Place of Sociology", cap. V, em *Essays on Sociology and Social Psychology*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1953; quanto a Sartre, "Question de Méthode", em *Critique de la Raison Dialectique*, Gallimard, Paris, 1960.)

Uma sociologia diferencial, enquanto sintética, há que se ocupar com as macrodimensões da *praxis* coletiva: as relações homens-homens e as relações homens-natureza. Mas a ênfase de qualquer estudo sociológico sempre recai na primeira macrodimensão: as relações entre homens. E a sociologia sistemática, mais do que ênfase nesta macrodimensão, a ela restringe-se. Mais que isso, restringe-se às determinações universais ou anistóricas desta macrodimensão.

Seja diferencial ou sistemática, as categorias-chave da sociologia são as de estrutura social e processo social. Como se sabe, as duas noções são complementares: aquela apanha a configuração da *praxis* coletiva; esta, a própria *praxis* como totalidade em ato. Jogando com ambas, a *praxis* coletiva determina-se como estruturação, destruturação, reestruturação. Nestes termos, a noção de *estrutura* apanha a *praxis repetitiva*, ou processo de reatualização de uma configuração estrutural prévia; e a noção de *processo* desdobra-se, então, nas de processo não-inovador e de processo inovador. Neste segundo caso, temos os momentos de *praxis inovadora*. Em outras palavras, em termos esquemáticos e polares, no primeiro caso temos o homem inserido na *praxis* repetitiva; no segundo, temos o homem inserido na *praxis* inovadora. Isso equivale a ter o homem como ator ou objeto e como autor ou sujeito da História. (Dentre outras obras, cf. Marx e Engels, *L'Idéologie Allemande*, Parte I, trad., Éditions Sociales, Paris, 1953; e Henri Lefebvre, *Critique de la Vie Quotidienne*, L'Arche Éditeur, Paris, vol. I em 1958 e vol. II em 1961.)

Enquanto macrodimensão da *praxis* coletiva, o processo social aparece, pois, como estruturação-destruturação-reestrutu-

ração. Vendo-o por enquanto do ângulo da sociologia sistemática, nele distinguimos analiticamente vários tipos ou formas anistóricas. De fato, entendido como *processo genérico de interação social*, êle realiza-se como processos simples ou elementares de interação social, ou seja, processos que von Wiese denomina *sociação* e suas formas associativas e dissociativas; e, ainda, como processos complexos de interação social. Interessamo-nos um desses processos complexos de interação social — o *contrôle social* —, porque entendemos que o planeamento, como processo social, consiste numa *diferenciação histórica* do processo genérico de controle social. Isso significa dizer que, se o controle social pode ser tratado no quadro de uma sociologia sistemática, o planeamento só pode ser apreendido, como *categoria histórica* que é, no quadro de uma sociologia diferencial e nunca no de uma sociologia analítica, anistórica. Assim sendo, cuidando do controle social no âmbito da sociologia sistemática, damos passos necessários mas insuficientes para a caracterização do planeamento.

No quadro da sociologia sistemática, o controle social é processo analiticamente apreendido pelas suas funções, e não pelo seu conteúdo. Para nossos fins, impõe-se distinguir as funções conservadoras e as inovadoras, que constituem par correspondente ao de *praxis* repetitiva e *praxis* inovadora. Todavia, se procedermos a um balanço da bibliografia sobre o controle social, perceberemos que este é quase sempre caracterizado apenas pelas funções conservadoras que qualquer item, tomado para análise, desempenhe em determinado sistema social. Daí conceber-se quase exclusivamente o controle social como o conjunto de forças sustentadoras ou mantenedoras de qualquer estrutura social, como o definem, tal como tantos outros autores, MacIver e Page em *Society: an Introductory Analysis*, Rinehart, Nova York, 1949. Assim concebido, o controle social aparece como o oposto da mudança social. Não aceitamos esta dicotomia controle vs. mudança, como logo mais melhor se verá. Por isso, pensamos poder falar tanto de controles conservadores como de controles inovadores (êstes como uma forma de mudança social), inerentes respectivamente à *praxis* coletiva repetitiva e à inovadora. Esta concepção mais ampla de controle aparece formulada em Gurvitch, "Contrôle Social", *La Sociologie au XXe. Siècle*, vol. I, org. de Gurvitch e Moore, Presses Universitaires, Paris, 1947; e Mannheim, *Man*

and Society in an Age of Reconstruction, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1940.

Mannheim, na análise dos controles sociais, utiliza amplamente a noção de *técnicas sociais*, que em sua obra faz par com a de técnicas materiais, no que reencontramos, portanto, as duas macrodimensões da *praxis* coletiva: relações homens-homens e relações homens-natureza. Por técnicas sociais Mannheim entende todos os métodos ou procedimentos de influenciar o comportamento humano, tenham função conservadora ou inovadora. O controle social, seja conservador ou inovador, aparece então como manipulação de técnicas sociais. A partir da noção de técnica social, Mannheim oferece-nos em *Man and Society* uma tipologia múltipla, mas abstrata, dos controles sociais. Devemos retê-la, ainda que alterando um pouco a terminologia do Autor:

1) já assinalamos uma primeira tipologia: *controles conservadores e controles inovadores*;

2) como a técnica social é ação social ou cadeia de ações sociais, a tipologia weberiana das ações sociais leva Mannheim à tipologia dos controles sociais conforme as estruturas das ações sociais envolvidas: basicamente, *controles tradicionais* ou *tradicionalistas* (ação tradicional, na acepção de Weber) e *controles racionais* (ação racional com relação a fins ou com relação a valores, na tipologia de Weber);

3) o que se chamaria de focos de controle ou de manipulação das técnicas sociais — o que implica a visualização do processo de controle em termos da estrutura de poder inerente ao sistema social que se esteja considerando — conduz Mannheim a distinguir outros tipos de controle:

a) *controle especializado e controle difuso*, quanto à diferenciação interna do sistema social: o primeiro implicando, diversamente do segundo, a especialização de papéis no exercício do controle (tradicional ou racional);

b) *controle direto e controle indireto* ou próximo e à distância, no sentido de que a atuação do agente controlador individual ou coletivo respectivamente incide ou diretamente no comportamento individual ou coletivo que é objeto de controle ou incide indiretamente sobre este comportamento através do controle da situação em que o agente individual ou coletivo realiza tal comportamento;

c) *controle centralizado e controle descentralizado* ou policentrista, o que não deve ser confundido com o exercício

totalitário ou não do controle, pois põe ênfase apenas na existência ou não de uma agência central, por assim dizer, de múltiplos focos menos abrangentes de controle, ou seja, na existência ou não de uma agência de controle dos controles;

4) a amplitude da incidência dos controles fornece o critério para a construção de mais uma tipologia: *controle parcial ou segmentário e controle inclusivo pluridimensional*. Trata-se, no caso, de ênfase nos controles que incidem direta ou indiretamente na pluridimensionalidade da vida coletiva, esta realizando-se como configuração que na linguagem da sociologia sistemática é o sistema social global (sociário e/ou intersociário). Desde que aceitemos que “o modo de produção da vida material domina em geral o desenvolvimento da vida social, política e intelectual” (Marx), a manipulação de técnicas sociais que incidem no plano econômico dos sistemas sociais globais acaba por consistir num controle inclusivo pluridimensional.

Incorporando estas tipologias de Mannheim, podemos caracterizar típico-idealmente o planejamento como processo social: *forma histórica de controle social*, inovador, racional, indireto, especializado, centralizado e inclusivo pluridimensional. Esta forma histórica de controle social implica, para sua emergência e realização, três conjuntos de condições ou requisitos:

a) concepção do mundo em geral, e da vida social em particular, que envolva racionalização das concepções e secularização das atitudes, mas numa apreensão abrangente da realidade — apreensão esta que é expressão de uma configuração da consciência que, na linguagem de Mannheim, se designa por pensamento planificador;

b) exigência de restabelecimento da eunomia (equilíbrio funcional instável) do tipo macroestrutural considerado como um todo — ou seja, existência de estados disnômicos generalizados e profundos, que põem em risco a persistência da realização histórica do tipo;

c) estrutura tal de poder, que nela exista uma agência reconhecida socialmente para o exercício de controles centralizados e inclusivos pluridimensionais.

Estes requisitos não se realizam universalmente, mas apenas em certos tipos macroestruturais históricos. Por isso, a insuficiência da sociologia sistemática, porquanto o planeja-

mento consiste numa forma de controle inerente a alguns tipos macroestruturais. Histórica ou geneticamente, tais requisitos ocorrem *concomitantemente* na fase pós-concorrencial das sociedades capitalistas, embora se tenham originado em épocas diversas e avançado em ritmos desiguais. Mas *convergem* na fase pós-concorrencial do sistema socioeconômico capitalista (a qual se realiza como constituição da etapa "neocapitalista" e como constituição do tipo sistema socioeconômico socialista) e a caracterizam como forma de realização da História. Na ordem em que foram enunciados, aqueles requisitos nada mais são que:

- a) a constituição e avanço das ciências sociais;
- b) as crises das sociedades capitalistas que ao menos potencialmente lhe põem a sobrevivência em risco;
- c) a ampliação das áreas e funções da atuação do Estado.

Referido, pois, ao tipo de sistema socioeconômico capitalista (que sempre se realiza em âmbitos intersocietários), o planejamento é inerente a uma *fase do desenvolvimento deste tipo*, configurando-se aí sob diversas modalidades, uma mais e outras menos dominantes sobre outras formas de controle. Qualquer que seja sua intensidade, porém, é conexo à agudização da contradição fundamental deste sistema intersocietário (ou inter-"nacional"): opera como processo de interferência deliberada na realidade, objetivando à *suavização* desta contradição fundamental, tanto no âmbito dos subsistemas "centrais" como no dos subsistemas "periféricos" do sistema capitalista (intersocietário ou "internacional"). Diversamente, o planejamento é *inerente ao tipo* sistema socioeconômico socialista, nele determinando-se como forma de controle intensivamente dominante — tipo este, socialista, cuja implantação histórica original ocorreu também como um dos resultados da agudização da contradição capitalista fundamental que marcou a passagem da fase concorrencial para a fase pós-concorrencial do sistema capitalista.

Na linha das formulações anteriores — e se entendermos o real *presente* como conjunto de atualizações e de possíveis —, o controle inovador consistente no planejamento é modernamente o processo *instrumental* nuclear de fazer História, enquanto "exploração" consciente de um dos possíveis históricos. Em outras palavras, o planejamento aparece como uma das configurações da *praxis* inovadora, *após a "opção" por um dos*

possíveis. Assim sendo, o planejamento, como uma das configurações da *praxis* inovadora, exprime as determinações essenciais do tipo macroestrutural histórico em que ocorre (capitalista e socialista). Em outras palavras, ele sempre é processo de *desenvolvimento do tipo* e não de implantação histórica deste ou de implantação de uma das etapas de seu desenvolvimento. Em suma, planejamento não é *Política*, que no limite consiste na *praxis* inovadora máxima: a negação de etapas de um tipo macroestrutural histórico e sua substituição por outra e, mais ainda, a negação de um tipo e sua substituição por outro.

II

Desde que caracterizado o planejamento como processo social (manipulação de um complexo integrado de técnicas sociais racionais com incidência global-pluridimensional) e, a partir disso, como categoria histórica do processo de controle social (realização *controlada* da História), a problemática da planificação abrange os seguintes termos:

1) o desenvolvimento das técnicas sociais racionais, mais ou menos satisfatório, oferece *condições instrumentais* para a construção deliberada da História;

2) coloca-se a questão dos objetivos (fins e valores, na terminologia weberiana), para cuja realização se conta com técnicas sociais. Mais que as técnicas de comunicação de massa, dentre elas há que destacar a categoria das técnicas de planificação econômica — de diagnóstico e projeção, as consistentes nos instrumentos de política econômica etc. —, dado o privilégio do plano econômico da vida coletiva;

3) a questão da escolha dos objetivos remete à consideração dos centros de decisão, que são também centros de manipulação de técnicas sociais, ou seja, focos de controle social. Dentre estes, obviamente, sobreleva o Estado, que é *formalmente* a agência de controle dos controles;

4) a escolha ou fixação de objetivos, tratando-se da categoria destes constituída por *valores*, pode ser "teoricamente" concebida de duas maneiras: a) as decisões são também de natureza *técnica* — o que implica a noção de que a *política*, enquanto processo de tomada de macrodecisões, é *ciência so-*

cial aplicada; ou b) as decisões são políticas, no sentido de não haver uma política científica, embora haja uma ciência da política. Estas concepções divergentes de política e a defesa da segunda posição são magistralmente expostas por Mannheim em *Ideology and Utopia*, trad., Rotledge & Kegan Paul, Londres, 1936, especialmente capítulo III. Como se percebe, aderimos também a essa segunda posição, não nos estritos termos manheimianos, mas nos da formulação constante do último parágrafo da seção anterior.

A problemática da planificação, assim delimitada, envolve, no fundo, discussão sobre diferentes concepções da Política e do Estado. Estas, por sua vez, envolvem diferentes concepções sobre o processo histórico (a História). E estas últimas, adesão a diferentes teorias do conhecimento no campo das ciências sociais. O conjunto de concepções referentes a esses quatro planos — teoria do conhecimento, concepção da História, concepção da Política e concepção do Estado — pode ser ilustrado apelando-se a três clássicos da sociologia: Durkheim, Weber e Marx. Com intenções didáticas, reproduzimos algumas de suas formulações, a fim de explicitarmos três posições teóricas típicas a respeito das conexões entre política e planificação.

No caso de Durkheim, os seguintes excertos, em série necessariamente longa porque as duas outras posições serão explicitadas por confronto com a dele, resumem, para nossas finalidades, as concepções defendidas em *De la Division du Travail Social* (da qual citamos, acrescentando alguns grifos e parênteses, a 7a. edição: Presses Universitaires, Paris, 1960). Como se sabe, trata-se de obra escrita ao findar do século XIX e que se destina a interpretar a crise da sociedade (capitalista "central") daquela época e a propor uma linha de atuação prática para enfrentá-la.

Objeta-se que ao método de observação faltam regras para julgar os fatos recolhidos. Mas esta regra depreende-se dos fatos mesmos... Há um estado de saúde moral que só a ciência pode determinar com competência.

Normalmente, os costumes não se opõem ao direito, mas, ao contrário, são a base deste... Desde que o direito reproduz as formas principais da solidariedade social, não precisamos senão classificar as diferentes espécies de direito para procurar saber, em seguida, quais são as diferentes espécies de solidariedade que àquelas correspondem... Nota-se que, sempre que um poder dirigente se estabelece, sua primeira e principal função é a de fazer respeitar as crenças, as tradições, as

práticas coletivas; ou seja, defender a consciência comum (coletiva) contra todos os inimigos de fora ou de dentro. Ele torna-se, assim, aos olhos de todos, o símbolo, a expressão viva desta... Vê-se... que o poder de reação de que dispõem as funções governamentais, uma vez que elas tenham feito sua aparição, não é senão uma emanção do que é difuso na sociedade, pois nasce deste. Um não é senão o reflexo do outro.

A divisão do trabalho é... um resultado da luta pela vida, mas ela lhe é uma solução. Graças a ela, com efeito, os rivais não são obrigados a eliminar-se mutuamente, mas podem coexistir uns ao lado dos outros. Também, à medida que se desenvolve, ela fornece a um maior número de indivíduos — que nas sociedades mais homogêneas seriam condenados ao desaparecimento — os meios de manterem-se e sobreviverem.

Há para uma sociedade, em cada momento de sua história, uma certa intensidade da vida coletiva que é normal, sendo dados o número e a distribuição das unidades sociais. De maneira segura, se tudo decorre normalmente, esse estado realizar-se-á de modo espontâneo; mas, precisamente, não se pode admitir que necessariamente as coisas se dêem normalmente. Se a saúde está na natureza, o mesmo ocorre com a doença. A saúde não é mesmo, tanto nas sociedades como nos organismos dos indivíduos, senão um tipo ideal, que não é, em nenhum caso, realizado completamente... É, pois, um fim digno de ser perseguido o procurar aproximar, tanto quanto possível, a sociedade desse grau de perfeição.

... a via a seguir para atingir esse fim pode ser encontrada. Se em vez de deixar as causas engendrarem seus efeitos ao azar e segundo as energias que as impulsionam — se a reflexão intervém para dirigir-lhes o curso, ela pode poupar aos homens tateios dolorosos... A sociologia, em seu estado atual, está pouco em estado de guiar-nos eficazmente na solução desses problemas práticos. Mas, além das representações (concepções) claras no meio das quais o sábio se move, há outras concepções obscuras às quais estão ligadas certas tendências (sociais, coletivas). Para que a necessidade estimule a vontade, não é necessário que seja iluminada (por completo) pela ciência. Tateios obscuros bastam para ensinar aos homens que algo lhes falta, para despertar aspirações e fazê-los, ao mesmo tempo, sentir em qual sentido devem dirigir seus esforços.

Em nenhum caso o ideal poderia consistir em exaltar sem limites as forças da sociedade, mas somente em desenvolvê-las no limite dado pelo estado definido do meio social. Todo excesso é um mal, tal como toda insuficiência... Mas, se o ideal é sempre definido, ele jamais é definitivo. Dado que o progresso é uma consequência das mudanças do meio social, não há razão alguma para supor-se que ele deva cessar... Justamente porque o ideal depende do meio social, que é

essencialmente móvel, êle desloca-se sem cessar... Mas, embora nós não persigamos sempre senão fins definidos e limitados, há e haverá sempre, entre os pontos extremos (onde nós chegamos e o fim para o qual tendemos) um espaço vazio aberto a nossos esforços.

Até aqui não estudamos a divisão do trabalho senão como um fenômeno normal. Mas, como todos os fatos sociais é, mais geralmente, como todos os fatos biológicos, ela apresenta formas patológicas que se impõe analisar. Se, normalmente, a divisão do trabalho produz a solidariedade social, sucede, entretanto, que ela pode ter resultados diferentes ou mesmo opostos. Ora, importa investigar o que a faz desviar-se de sua direção natural, pois, enquanto não se estabelecer que êsses casos são excepcionais, a divisão do trabalho poderia ser suposta como os implicando logicamente. Demais, o estudo das formas desviadas permitir-nos-á melhor determinar as condições de existência do estado normal. Quando conhecermos as circunstâncias nas quais a divisão do trabalho cessa de engendrar a solidariedade, saberemos melhor o que é necessário para que ela tenha todo o seu efeito (normal). A patologia, aqui como alhures, é um precioso auxiliar da fisiologia.

Cuidaremos de três tipos das formas excepcionais (anormais) do fenômeno que estudamos (a divisão do trabalho social). Não porque não possa haver outras, mas porque essas de que falaremos são as mais gerais e as mais graves. (Dentre elas avulta, na obra de Durkheim, a forma anômica)... Um primeiro caso dêsse gênero (anômico) nos é fornecido pelas crises industriais ou comerciais, pelas falências que são também rupturas parciais da solidariedade orgânica. Elas testemunham, com efeito, que, em certos pontos do organismo, certas funções sociais não estão ajustadas umas às outras. Ora, à medida que o trabalho mais se divide, êsses fenômenos parecem tornar-se mais freqüentes... O antagonismo entre o trabalho e o capital é um outro exemplo, mais frisante, do mesmo fenômeno (divisão anômica). À medida que as funções industriais (atividades econômicas) mais se especializam, a luta torna-se mais viva, em vez de aumentar a solidariedade... A pequena indústria, onde o trabalho é menos dividido, dá o espetáculo de uma harmonia relativa entre o patrão e o operário, e é somente na grande indústria que essas desavenças atingem o estado agudo.

Êsses diversos exemplos são... variedades de uma mesma espécie. Em todos êsses casos, se a divisão do trabalho não produz a solidariedade, é porque as relações entre os órgãos não são regulamentadas, é porque elas estão num estado de anomia (não regulamentação)... É preciso fazer cessar esta anomia, é preciso encontrar os meios de fazer concorrerem harmoniosamente êsses órgãos que ainda se chocam em movimentos discordantes... É a êste estado de anomia que devem ser atribuídos os conflitos sempre renascentes e as desordens

de tôdas as espécies, de que o mundo econômico nos dá o triste espetáculo, pois como nada contém as forças em presença, fixando-lhes limites que devem respeitar, elas tendem a desenvolver-se sem freies e chegam a chocar-se umas contra outras para repelirem-se e reduzirem-se mutuamente... É de toda evidência que uma tal anarquia seja um fenômeno mórbido, pois vai contra o fim mesmo de toda sociedade, que é o de suprimir, ou pelo menos moderar, a guerra entre os homens.

Se a anomia é um mal, é porque a sociedade, sobretudo, sofre com ela, por não poder dispensar, para viver, a coesão e a regularidade. Uma regulamentação moral ou jurídica exprime, portanto, essencialmente, necessidades sociais que só a sociedade pode conhecer... Para pôr fim à anomia é necessário, então, que exista ou que se forme um grupo onde se possa constituir o sistema de regras que atualmente falta. Nem a sociedade política em seu conjunto, nem o Estado podem evidentemente entregar-se a essa função, pois a vida econômica, por ser muito especial e especializar-se cada dia mais, escapa à sua competência e à sua ação. A atividade de uma profissão não pode ser regulamentada eficazmente senão por um grupo bastante chegado a essa profissão, seja para poder conhecer-lhe o funcionamento, seja para sentir-lhe tôdas as necessidades e poder seguir tôdas as suas variações. O único que responde a essas condições é o que formariam todos os agentes de uma mesma indústria (ramo de atividade econômica) reunidos e organizados num mesmo corpo. É o que se chama de corporação ou grupo profissional... Os únicos agrupamentos que têm certa permanência são o que atualmente se chama de sindicatos, seja de patrões, seja de operários... (Mas), não somente os sindicatos de patrões e os de operários são distintos uns dos outros — o que é legítimo e necessário —, mas não há entre êles contatos regulares. Não existe organização comum que os aproxime, sem no entanto fazer-lhes perder a individualidade, e na qual êles pudessem elaborar em comum uma regulamentação que, fixando suas relações mútuas, se impusesse a uns e a outros com a mesma autoridade.

A bem da verdade, estas concepções aparecem algo modificadas em alguns outros trabalhos de Durkheim. Atemo-nos às de *De la Division du Travail Social* porque não estamos interessados na análise "interna" da produção intelectual durkheimiana, mas na identificação de uma posição teórica típica referente às conexões entre política e planificação. E, para isso, os excertos transcritos são estrategicamente valiosos. De fato, exprimem uma concepção típica acerca das relações entre sujeito e objeto, entendendo-se sujeito como *sujeito de conhecimento* e *sujeito da História*, e entendendo-se objeto como *objeto de conhecimento* (o processo histórico) e *objeto de "atuação"* dos sujeitos da História. Esta concepção, que podemos simbo-

lizar por S←O, desdobra-se em quatro planos: a) no da teoria do conhecimento, temos o realismo como relação sujeito-objeto: no ato de conhecer, o sujeito apreende “passivamente” as características do objeto, que a êle se impõem (no caso, o processo histórico como conjunto ordenado de *regularidades*); b) no plano da concepção da História (objeto de conhecimento e de “atuação prática”), temos o processo histórico “naturalizado”: consiste no “prosseguimento”, no nível “superorgânico”, de uma tendência evolutiva imanente ao objeto (orgânico e superorgânico) — vale dizer, o *futuro histórico* está “inscrito” no objeto, cabendo ao sujeito-cientista social apreendê-lo como *objetivos necessários* da “atuação prática” dos que, a rigor apenas figuradamente, são os sujeitos da História; c) no plano da concepção da Política, portanto, não temos a visão de um campo de *possíveis históricos* em competição, mas a de uma ciência social aplicada (ou protociência, até que a ciência social alcance maior apreensão do objeto): a política, como processo de fazer história, é cientificamente formulável, sendo a ciência indicadora dos meios e objetivos (valôres) da ação, por ela detectados no objeto; d) no plano da concepção do Estado, temos o Estado como dotado *necessariamente* de um conteúdo: os *interesses coletivos* (comuns), cujo conteúdo “concreto” já se encontra, ainda que não detectado pelo cientista social, inscrito no objeto, variando conforme os estágios evolutivos dêste. Contudo, *De la Division du Travail Social*, como exposição de uma teoria de transição que é, reflete parcialmente a decadência do liberalismo: adere a uma variante romanticizada da idéia de progresso, tal como aquêle o concebeu; e cede lugar a dúvidas quanto à exclusiva suficiência dos mecanismos espontâneos auto-reguladores do equilíbrio social interno e promotores do “progresso”. Mas, justamente por ser teoria de transição, ainda não *apela* diretamente ao Estado como órgão controlador, de intervenção deliberada na realidade, enfim, ao Estado como agente planificador. A intervenção seria apenas *corretiva* de desvios que seriam “anormais”, em face do sentido imanente ao processo histórico, e *far-se-ia basicamente pelas corporações*. Todavia, com a crise capitalista das primeiras décadas do século XX, a emergência do Estado corporativista, que se constituiu como uma das respostas a ela e inspirado por concepções completamente distintas das examinadas, daria o salto que o apêgo a certa variante da ideologia liberal não permitiu ou não exigiu de Durkheim.

Do ponto de vista adotado neste ensaio, as concepções de Weber são opostas às de Durkheim. Atente-se aos seguintes excertos tomados de “Política como Vocação”, “O Significado da ‘Neutralidade Ética’ na Sociologia e na Economia” e “A ‘Objetividade’ na Ciência Social e na Política Social”. (Utilizamos as traduções para o inglês dêstes trabalhos de Weber: a do primeiro, incluída na coletânea de textos do Autor organizada por Gerth e Mills, *From Max Weber: Essays in Sociology*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1948; as dos outros dois, constantes de Max Weber, *The Methodology of the Social Sciences*, Free Press, Glencoe, 1949, volume organizado por Shils e Finch.)

O que entendemos por política? O conceito é extremamente amplo e compreende qualquer espécie de liderança *independente* em ação... nossas reflexões não estão... (aqui) baseadas em tão amplo conceito. Queremos entender por política apenas a liderança, ou a influência na liderança, de uma *associação política*, no caso, ... de um *Estado*. Mas, o que é uma associação ‘política’ do ponto de vista sociológico? O que é um ‘estado’? Sociologicamente, o Estado não pode ser definido em termos de seus objetivos. Dificilmente existe qualquer tarefa que alguma associação política não tenha realizado, e não há nenhuma atividade que se possa dizer que sempre tenha sido exclusiva e peculiar àquelas associações que são designadas como políticas: hoje o Estado, ou anteriormente aquelas associações que foram as predecessoras do Estado moderno. Fundamentalmente só se pode definir sociologicamente o Estado moderno em termos dos *específicos meios* que lhe são peculiares, ou seja, o uso da força física... atualmente, o direito ao uso da força física é atribuído a outras instituições ou indivíduos apenas na medida em que o Estado o permite. O Estado é considerado a única fonte do ‘direito’ de uso da violência. Portanto, ‘política’ para nós significa luta por participar do poder ou luta por influenciar a distribuição de poder entre Estados ou entre grupos no interior de um Estado... quem está atuando na política luta pelo poder como um meio a serviço de outros objetivos, ideais ou egoísticos, ou luta por ‘poder pelo poder mesmo’, a fim de desfrutar da sensação de prestígio que o poder propicia.

As ciências sociais, que são rigorosamente ciências empíricas, são as menos apropriadas para livrar o indivíduo da dificuldade de realizar uma opção, e por isso não devem criar a impressão de que podem fazê-lo... O fruto da árvore do conhecimento, que é desagradável ao presunçoso, mas que no entanto é inevitável, consiste na percepção de que cada importante atividade em particular e no fundo a vida como um todo — se não for permitido que decorra como um evento da Natureza, mas, ao contrário, que é para ser conscientemente

guiada — consiste numa série de decisões fundamentais em que a alma — como em Platão — escolhe seu próprio destino, isto é, o significado de sua atividade e existência... As ciências... são capazes de prestar um inestimável serviço a pessoas engajadas em atividade política ao dizer-lhes que: 1) estas e estas 'últimas' posições são concebíveis com referência a este problema prático; 2) tais e tais são os fatos que você deve levar em conta ao fazer sua escolha entre estas posições... É ainda difundida a crença de que se deve, se impõe, ou de qualquer forma, se pode derivar juízos de valor de afirmações de fato sobre 'tendências'. Mas, mesmo das mais não ambíguas 'tendências', normas inambíguas podem ser derivadas apenas com respeito aos meios prospectivamente os mais adequados — e, portanto, somente quando a irredutível avaliação já está dada. As avaliações mesmas não podem ser derivadas dessas 'tendências'... O uso do termo 'progresso' é legítimo em nossas disciplinas quando se refere a problemas 'técnicos', ou seja, aos 'meios' de atingir uma finalidade inambíguamente dada. Ele nunca pode elevar-se à esfera das avaliações 'últimas'.

Os problemas das disciplinas empíricas devem, sem dúvida, ser solucionados 'não-avaliativamente'. Não são problemas de avaliação. Os problemas das ciências sociais são selecionados, porém, pela relevância a valores (com referência a valores) dos fenômenos tratados. A respeito do significado da expressão 'relevância (ou referência) a valores', remeto a escritos meus anteriores e sobretudo aos trabalhos de Heinrich Rickert... Deve apenas ser lembrado que a expressão 'relevância a valores' se refere simplesmente à interpretação filosófica do 'interesse' especificamente científico que determina a seleção de um dado assunto e os problemas de uma análise empírica... A qualidade de um evento como 'socioeconômico' não é algo que ele possui 'objetivamente'. É, antes, condicionada pela orientação de nosso interesse cognitivo, provindo da específica significação cultural que atribuímos ao evento particular num dado caso... Não são as interconexões 'de fato' de 'coisas', mas as interconexões *conceptuais* de problemas que definem o campo das várias ciências... Absolutamente, não há nenhuma análise científica 'objetiva' da cultura ou... de 'fenômenos sociais', independente de especiais e 'unilaterais' pontos de vista, de acordo com os quais — expressa ou tácitamente, consciente ou inconscientemente — eles são selecionados, analisados e organizados para fins explanatórios.

Toda a análise da realidade infinita que a finita mente humana pode realizar baseia-se na tácita assunção de que apenas uma finita porção desta realidade constitui o objeto de investigação científica, e de que apenas ela é 'importante' na acepção de ser 'valiosa de ser conhecida'... Ordem é trazida a este caos somente na condição de que em cada caso apenas uma *parte* da realidade concreta é interessante e *significante* para nós, porque apenas ela está relacionada aos *valores cul-*

turais com os quais abordamos a realidade. Apenas certas facetas do infinitamente complexo fenômeno concreto, ou seja, aquelas às quais atribuímos uma *significação cultural* geral, são por isso merecedoras de conhecer-se. Somente elas são objetos de explanação causal. E mesmo esta explanação causal apresenta o mesmo caráter: uma investigação causal *exaustiva* de quaisquer fenômenos concretos em sua total realidade é não apenas praticamente impossível: é simplesmente contra-senso. Selecionamos só aquelas causas às quais não de ser imputados, no caso particular (individual), os aspectos 'essenciais' de um evento... Em outras palavras, a escolha do objeto de investigação e a extensão ou profundidade com que a investigação procura penetrar na infinita teia causal são determinadas pelas idéias avaliativas que dominam o investigador e sua época. No *método* de investigação, o 'ponto de vista' orientador é de grande importância para a *construção* do esquema conceptual que será utilizado na investigação. No modo de seu *uso*, entretanto, o investigador está obviamente preso às normas de nosso pensamento, tanto aqui como alhures. Pois a verdade científica é precisamente o que é *válido* para todos os que *procuram* a verdade.

..há ciências às quais a eterna juventude é garantida, e as disciplinas históricas estão entre elas — todas aquelas às quais o eternamente contínuo fluxo da cultura perpétuamente traz novos problemas. Bem no cerne de sua atividade encontra-se não apenas o ultrapassamento de *todos* os tipos ideais, *mas também*, ao mesmo tempo, a inevitabilidade de *novos* outros... O progresso da ciência cultural ocorre através deste conflito. Seu resultado é a perpétua reconstrução daqueles conceitos através dos quais procuramos compreender a realidade. A história das ciências sociais é e será um processo contínuo de esforço de ordenar a realidade analiticamente através da construção de conceitos; de dissolução das construções analíticas assim elaboradas, através da expansão e alteração do horizonte científico; e novamente de reformulação de conceitos sobre bases assim transformadas... A vida, com sua irracional realidade e seu acervo de possíveis significações, é inesgotável. A forma *concreta* em que ocorre a relevância (referência) a valores continua perpétuamente *in flux*, sempre sujeita à mudança no obscuramente visível futuro da cultura humana. A luz que emana daquelas mais elevadas idéias avaliativas sempre incide sobre um mutável segmento finito da vasta corrente caótica de eventos, que flui através dos tempos.

É flagrante a atualidade da primeira posição teórica típica quanto às conexões entre política e planificação (vista esta, *preliminarmente*, em termos da concepção de Estado), apreendida através das formulações durkheimianas. Embora possa parecer o contrário, o mesmo ocorre com a segunda daquelas

posições teóricas típicas, retida através das acima transcritas formulações de Weber. Por exemplo, a problemática candente do mundo moderno é discutida a partir desta posição; um tanto reformulada, na brilhantemente polêmica trilogia de Raymond Aron, *Dix-Huit Leçons sur la Société Industrielle, La Lutte de Classes e Démocratie et Totalitarisme* (Gallimard, Paris, editados respectivamente em 1962, 1964 e 1965):

Conforme a proposição de Weber, as teorias gerais da organização social são, por natureza, múltiplas e cada uma delas está ligada a uma determinada intenção do observador. Há 20 anos, eu tinha aceitado integralmente esta epistemologia relativista. Hoje estou menos seguro quanto a isso. Com efeito, o relativismo, no pensamento de Max Weber, estava ligado à idéia que ele fazia do real, idéia cuja origem era uma certa filosofia neokantiana. Para ele, toda realidade, toda realidade social, é informe (amorfa), acumulação ou desconexão de fatos dispersos. Se o sociólogo está em face de fatos incoerentes, se ele é quem cria, com a ajuda de seus conceitos, a ordem através da qual ele compreende, a interpretação está evidentemente ligada ao sistema de conceitos, e este sistema está, por sua vez, ligado à situação particular do observador. Mas não é verdade que uma sociedade seja uma multiplicidade incoerente. A realidade social não é nem total nem incoerente, e é por isso que não se pode afirmar dogmáticamente a validade universal de uma teoria dos tipos sociais nem o relativismo de todas as teorias. Se Max Weber tivesse razão, se os fatos sociais fossem incoerentes, então toda interpretação seria sobreposta aos fatos e, por esta mesma razão, estaria ligada à personalidade do sociólogo. Se a realidade social fosse por completo estruturada, se ela tivesse uma unidade total, ou se uma parte desta realidade comandasse todas as outras, então haveria uma teoria sociológica verdadeira e uma só... A realidade social não é nem incoerente nem total: ela comporta multiplicidades de ordens parciais, mas ela não comporta, de maneira evidente, uma ordem global. O sociólogo não cria arbitrariamente a lógica das condutas sociais que ele analisa. Quando você observa um sistema econômico, você põe de manifesto uma ordem que está inscrita no sistema, e não sobre-imposta pelo observador; mas esta ordem não é unívoca e não há apenas uma maneira de interpretá-la. O sociólogo põe de manifesto ordens ou regularidades que estão no objeto, mas sempre ele faz uma dada escolha entre essas ordens e regularidades.

Esta questão é uma maneira de evitar, desde o início, a oposição socialismo-capitalismo; e é uma maneira de considerar socialismo e capitalismo como duas modalidades de um mesmo gênero — a sociedade industrial. Minha viagem à Ásia convenceu-me que o conceito-chave de nossa época é o de sociedade industrial. A Europa, vista da Ásia, não é composta de

dois mundos fundamentalmente heterogêneos, o mundo soviético e o mundo ocidental. Ela é feita de uma única realidade: a civilização industrial. As sociedades soviéticas e as sociedades capitalistas não são senão duas espécies de um mesmo gênero ou duas modalidades do mesmo tipo social — a sociedade industrial progressiva.

A antítese do regime constitucional-pluralista e do regime monopolístico pode ser expressa de quatro maneiras diferentes: antítese da *concorrência* e do *monopólio*, da *constituição* e da *revolução*, do *pluralismo dos grupos sociais* e do *absolutismo burocrático*, enfim, do *Estado de partidos* e do *Estado partidário* (esta última antítese pode ser traduzida por Estado laico-Estado ideológico)... Pode-se fazer uma discriminação entre as imperfeições *evidentes* dos regimes constitucionais-pluralistas e a imperfeição *essencial* dos regimes de partido monopolístico. Mas é possível que, em dadas circunstâncias, esse regime essencialmente imperfeito seja preferível ao regime efetivamente imperfeito. Em outras palavras, é possível não situar todos os regimes no mesmo plano, do ponto de vista dos valores, sem que esta discriminação permita ditar, em nome da ciência ou da filosofia, o que é preciso fazer num determinado momento. Os homens políticos têm razão de dizer que não há verdade de ação, o que não significa que os filósofos façam mal ao lembrar que o regime de paz é, enquanto tal, preferível ao regime de violência... Gostaria de... evocar os esquemas históricos que constituem visões prospectivas das diversas espécies de regimes... A primeira, e a mais em moda hoje em dia, é a de uma evolução unilateral para um dado regime. Este esquema é o do progresso, sendo entendido que, segundo os marxistas, o ponto de chegada é um regime de tipo soviético e, segundo os democratas ocidentais, um regime comparável ao que conhecemos no Ocidente. Os doutrinários dos dois regimes opostos afirmam, uns e outros, que a história tende a realizar o regime que conta com a sua preferência: segundo os Soviéticos, o futuro pertence ao comunismo; segundo os Ocidentais, às vezes inclusive segundo os marxistas ocidentais como Isaac Deutscher, à medida que as forças produtivas se desenvolvem e o capital se acumula, os regimes políticos tenderão a aproximar-se do modelo ocidental. Para mim, nenhuma destas duas teses está demonstrada... Descartemos estas duas versões do esquema de evolução unilateral para um ponto de chegada único, e consideremos um segundo esquema — o que seria conforme à sociologia de Max Weber. Cada espécie de economia, cada fase de um desenvolvimento econômico favorece mais ou menos um certo regime. Pode-se estabelecer uma relação entre fase de desenvolvimento econômico e probabilidade de um dado regime... Infelizmente, a liberalização dos regimes de partido monopolístico não está escrita por antecipação no livro da História. Feliz ou infelizmente, a decomposição em anarquia dos regimes constitucionais-pluralistas não é, da mesma forma, fatal. O ciclo é possível, não necessário.

Podemos simbolizar por $S \rightarrow O$ esta segunda posição, identificada em Weber e secundariamente em Aron. Oposta à primeira apresentada, continuemos com o mesmo procedimento de análise adotado no exame desta. Tomemos *sujeito* e *objeto* nas duas acepções então apontadas e explicitemos os quatro planos em que se desdobra esta segunda concepção da relação sujeito-objeto: a) no plano da teoria do conhecimento, deparamos com o idealismo (epistemológico): a consciência como constitutiva do objeto de conhecimento. Também aqui temos mais uma manifestação do colapso do liberalismo: a confiança numa razão universal está abalada e em seu lugar encontramos "configurações" históricas de consciência (no caso, variáveis conforme a época); b) conexamente, no plano da concepção da História, não se concebe o *progresso necessário* no processo histórico, pois este não possui sentido imanente: a história realizada (o passado) tem sentido, mas este é *ex post*; trata-se, porém, de um sentido variável conforme a perspectiva de conhecimento do sujeito-observador (dada pelos valores dominantes em sua época), porquanto o "setor" histórico do mundo não é um sistema ordenado de regularidades "naturais"; quanto ao futuro, trata-se de um campo indeterminado, ou melhor, teria quando muito delimitação de "fronteiras" ou "balizamentos" apenas: a racionalidade funcional, no caso de Weber, e o industrialismo, no caso de Aron; c) essas "fronteiras" ou "balizamentos" demarcam o campo em que se digladiam os agentes políticos, visando fins e sobretudo valores diferentes, mas que afinal se equivalem; e fazer política consiste, então, em adequar com responsabilidade meios a fins e a valores (ou seja, levando em conta as conseqüências previsíveis de cada opção); d) à concepção da política, enquanto processo, como competição entre fins e sobretudo valores que em última análise, para os agentes políticos, se equivalem, corresponde a concepção do Estado como mero *aparelho*, portanto sem conteúdo inerente, visado como meio para a realização destes ou daqueles fins e valores.

O presente histórico, enquanto conjunto de objetivos politicamente equivalentes (em última análise, valores), aparece, pois, como *composto* (conjunto de valores em competição), mas também como *inestruturado*, na acepção de que esses objetivos não mantêm entre si *relações hierárquicas*. Ilustrando: mais concretamente, e levando às últimas conseqüências as concepções de Aron, temos o presente histórico como campo cujo balizamento é dado pelas características do que denomina civi-

lização industrial. Capitalismo e socialismo são *modalidades* equivalentes desta. O futuro não resultará da autodestruição do capitalismo por dinâmica interna e necessária deste. A persistência histórica do capitalismo é questão de *política* não determinada, não estruturada: é questão de atuar com vistas a conseqüências das ações desencadeadas a partir de certas opções. O futuro é questão de decisão política, e esta faz-se num campo não estruturado e autônomo. Generalizando: a liberdade de fazer história aparece, então, como *voluntarismo* e este voluntarismo político é a contrapartida do idealismo (epistemológico). Por contraste, e levando às últimas conseqüências as concepções durkheimianas, temos o pólo oposto a este: em vez de voluntarismo, o *mecanicismo*, que consiste na contrapartida do positivismo extremo.

O marxismo apresenta-se como síntese das duas posições opostas até então focalizadas. Neste sentido, simbolizemos a posição marxista quanto à relação sujeito-objeto por $S \rightleftharpoons O$. E tomemos, como expressivos dela (nos limites dos nossos objetivos), os seguintes excertos: os dois primeiros, de Marx e Engels, *A Ideologia Alemã*; o terceiro, dos fragmentos de Marx publicados como posfácio à 2.^a edição alemã de *O Capital*; o quarto, de Henri Lefebvre, *Problèmes Actuels du Marxisme*, Presses Universitaires, Paris, 1960; e os dois últimos de Sartre, *Question de Méthode*.

... em cada etapa acham-se dados um resultado material, uma soma de forças produtivas, uma relação com a natureza e entre os indivíduos, criada historicamente e transmitida a cada geração pela geração que a precede; uma massa de forças de produção, de capitais e de circunstâncias, que, de um lado, são modificados pela nova geração, mas que, de outra parte, lhe ditam suas próprias condições de existência e lhe imprimem um desenvolvimento determinado, um caráter específico; portanto, as circunstâncias tanto fazem os homens como os homens fazem as circunstâncias.

... cada nova classe que toma o lugar da que antes dela dominava é obrigada, quando menos para atingir o seu objetivo, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade ou, para exprimir as coisas no plano das idéias: esta classe é obrigada a dar a seus pensamentos a forma da universalidade, a apresentá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos válidos de uma maneira universal. Pelo simples fato de que enfrenta uma classe, a classe revolucionária apresenta-se em conjunto não como classe, mas como representando a sociedade toda; ela aparece como a massa inteira da sociedade em face da única classe domi-

nante... tôdas as lutas no interior do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto, etc., etc. não são senão as formas ilusórias sob as quais são travadas as lutas efetivas das diferentes classes entre si... tôda classe que aspira à dominação, mesmo se sua dominação determina a abolição de tôda a antiga forma social e da dominação em geral, como é o caso para o proletariado, deve, portanto, conquistar primeiramente o poder político para representar, por seu turno, seu interesse próprio como sendo o Universal, ao que ela é forçada nos primeiros tempos.

A investigação tem por objetivo apropriar-se em detalhe da matéria, analisar suas diversas formas de desenvolvimento e nela descobrir completamente suas relações internas.

Nesta passagem descobrimos... a palavra *matéria*. Mas ela tem um significado bem preciso. Designa um *conteúdo histórico* (no que concerne a *O Capital*, o da sociedade burguesa, o do capitalismo). Este conteúdo, pôsto diante do pensamento que procura conhecê-lo, a este aparece inicialmente como impenetrável, opaco, dado, ultrapassando-o infinitamente: uma matéria. A inteligência analítica e a razão sintética do pesquisador dêle se apoderam. A pesquisa *apropria-se* dêle. Este termo tem, em Marx, uma significação universal: designa um conceito filosófico: a atividade que, aprendendo um dado concreto — uma 'matéria' —, produz obras e as conhece reconhecendo-se nestas. O conhecimento comporta uma 'apropriação'. Ele é a obra de um pensamento ativo e pessoal, que trabalha sobre uma matéria. Ele a transforma, como todo trabalho humano. Mas o trabalho do conhecimento possui um aspecto específico: êle restitui o conjunto de um *dever* no qual êle se insere, porque êste dever histórico permitiu e mesmo exigiu, num certo momento, o conhecimento que o apreende.

Se a filosofia deve ser, ao mesmo tempo, totalização do saber, método, Idéia reguladora, arma ofensiva e comunidade de linguagem; se esta 'visão do mundo' é também um instrumento que trabalha as sociedades carcomidas, se esta concepção singular de um homem ou de um grupo de homens torna-se a cultura e, por vêzes, a natureza de tôda uma classe, fica bem claro que as épocas de criação filosófica são raras. Entre o século XVII e o século XX, vejo três que designarei por nomes célebres: há o 'momento' de Descartes e de Locke, o de Kant e de Hegel e, finalmente, o de Marx. Estas três filosofias tornam-se, cada uma por sua vez, o humo de todo o pensamento particular e o horizonte de tôda cultura, elas são insuperáveis enquanto o momento histórico de que são expressão não tiver sido superado.

A *praxis*... é uma passagem do objetivo ao objetivo pela interiorização; o projeto, como superação subjetiva da objetividade em direção à objetividade, tenso entre as condições objetivas do meio e as estruturas objetivas do campo dos

possíveis, representa *em si mesmo* a unidade em movimento da subjetividade e da objetividade, estas determinações cardinais da atividade. O subjetivo aparece, então, como um momento necessário do processo objetivo.

Como se percebe, a síntese proposta pelo marxismo consiste, em última instância, na superação da dualidade sujeito-objeto, inerente esta dualidade, concebida de uma maneira ou de outra oposta, às posições representadas por Durkheim e Weber. O rompimento com essa dualidade está por inteiro contido na tese de que o subjetivo é um momento necessário do processo objetivo, nos diversos desdobramentos dela: (A) no plano da teoria do conhecimento, a concepção dialética retém êste subjetivo como tomadas de consciência historicamente determinadas e não-equivalentes — em termos de consciência adequada e de falsa consciência (o marxismo sendo a expressão daquela na "época histórica" capitalista, mas expressão radiada nos interesses proletários e não, conforme a concepção weberiana, nos valores dominantes da época); (B) o processo histórico é concebido como *praxis* coletiva e suas objetivações materiais e não-materiais, como processo de estruturação-destruturação-reestruturação de regularidades não-naturais, ou seja, regularidades que são produto da própria atividade humana coletiva; mas, afirmando que os homens *fazem* História nas condições *dadas* pela História, o sentido desta, ao menos em termos de coerência lógica, há de ser concebido apenas como potencial ou virtualmente imanente ao processo histórico; (C) cada presente, como história, é então um *conjunto estruturado de atualizações e de possíveis*; daí, a política, como momento de *praxis* inovadora, consistir numa competição entre *possíveis* historicamente dados, num campo estruturado, ou seja, de possíveis não equivalentes; e os *projetos*, como expressões que são dêsses possíveis, são também não equivalentes; enfim, a política não é ciência social aplicada, como para Durkheim, nem é um campo de atuação inovadora inestruturado, como para Weber; (D) o Estado consiste num aparelho, como em Weber. rias, diversamente da concepção dêste, dotado de conteúdo, como em Durkheim: não os interesses coletivos (comuns) como êste concebe tal conteúdo, porém interesses classistas — os da(s) classe(s) dominante(s) economicamente, mesmo quando êstes interesses classistas não coincidem imediatamente e em todo o seu conteúdo "específico" com as necessidades a longo prazo do sistema em conjunto, ou seja, com a persistência histórica da

realização, por esse sistema, de certo tipo macroestrutural.

Todavia, justamente porque o marxismo propõe a síntese das duas expostas relações sujeito-objeto antagônicas, as obras dos autores marxistas, vistas em conjunto, apresentam oscilações na ênfase posta num ou noutro termo da formulação "os homens fazem História nas condições dadas pela História". A ênfase no primeiro termo faz o marxismo pender para o voluntarismo, no segundo, para o mecanicismo; e, conexas e respectivamente, no plano epistemológico, faz pendê-lo para o idealismo ou para o realismo. É o que também aponta Lucien Goldmann, *Recherches Dialectiques*, Gallimard, Paris, 1959:

... as duas concepções filosóficas unilaterais, que são o subjetivismo e o objetivismo, encontram-se sempre, com suas conseqüências práticas, não apenas entre os pensadores burgueses, mas também entre os teóricos e os militantes do proletariado, onde elas se exprimem sobretudo por dois grandes grupos de correntes políticas: a) o blanquismo, o anarquismo, o trotskismo, que são a forma operária do subjetivismo idealista da superestimação do homem e da subestimação das condições objetivas; b) o stalinismo, o reformismo, o economismo, as teorias da espontaneidade, que são a expressão operária do materialismo objetivista da superestimação das condições objetivas e da subestimação do homem. E poder-se-ia acrescentar que são os intelectuais e certas camadas operárias radicalizadas que favorecem o primeiro, e que são as burocracias dos grandes organismos operários, partidos, sindicatos, organismos de Estado na U. R. S. S. ou a participação operária nos Estados capitalistas que, ao contrário, favorecem o segundo. Eis porque, na vida e na obra de todos os grandes teóricos e chefes políticos do proletariado, desde Marx até Lênin e o jovem Lukacs, encontramos esta luta em duas frentes: contra as ilusões de esquerda e os oportunismos de direita, através da qual eles se esforçam por estabelecer, cada vez de novo, o pensamento dialético.

Independentemente ou não dessa oscilação, resta, porém, o problema de que existem *projetos* marxistas, e não *um* projeto apenas — o que nos remete à questão dos possíveis históricos não equivalentes, em sua expressão no plano do conhecimento e no da atuação política. Ao que nos parece, a solução do problema há de partir da formulação constante da II das *Teses sobre Feuerbach*. (Valemo-nos da tradução incluída em Marx e Engels, *Études Philosophiques*, Éditions Sociales, Paris, 1961.)

A questão de saber se o pensamento humano pode chegar a uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas uma

questão prática. É na prática que é preciso que o homem prove a verdade... A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento, isolada da prática, é puramente escolástica...

Por outras palavras, a objetividade das ciências sociais (claro que não referente à *praxis* inovadora, e não à repetitiva) só se revela *ex post*, ou seja, somente após a transformação de um dos possíveis numa atualização. Em termos políticos: a não equivalência dos possíveis existentes num presente histórico só se revela quando este presente for um passado.

À guisa de recapitulação e resumo, podemos reunir os três conjuntos de concepções apresentadas num esquema como este:

	Durkheim S ← O	Weber S → O	Marx S ⇔ O
teoria do conhecimento	realismo	idealismo	dialética
concepção da História	História "naturalizada", com sentido imanente	História não-naturalizada, sem sentido imanente	História não-naturalizada, com sentido imanente potencial
concepção da Política	ciência social aplicada (mecanicismo)	competição entre valores equivalentes (voluntarismo)	competição entre possíveis históricos não equivalentes
concepção do Estado	dotado de conteúdo inerente: interesses coletivos	aparelho sem conteúdo inerente	aparelho dotado de conteúdo inerente: interesses da classe dominante

Este esquema permite, por um lado, distinguir posições teóricas típicas *puras e impuras*. As primeiras, tal como as de Durkheim, Weber e Marx, são aquelas em que há uma combinação completamente coerente das posições teóricas acerca da relação sujeito-objeto, no plano da teoria do conhecimento, no da concepção da História, no da concepção da Política e no da concepção do Estado. As posições impuras são aquelas em que há combinações incoerentes das posições teóricas assumidas em cada um desses quatro planos. Por outro lado, o esquema acima facilita a identificação e a análise das posições teóricas de auto-

res como Mannheim, Myrdal, Aron, Galbraith, Strachey, Baran, Fourastié, Gorz, Tsuru, Trentin e muitos outros mais, inclusive os das sociedades capitalistas "periféricas", que discutem a problemática do mundo contemporâneo (o presente como História), dentre cujas formulações estão as relativas à planificação e às conexões implícita ou explicitamente preconizadas por eles entre política e planificação, nos dois tipos de sistemas socioeconômicos em que esta ocorre: o capitalista e o socialista.

Retornando ao ponto atingido na caracterização do planejamento, ao término da primeira seção deste ensaio, e continuando a enfatizar, dada a aceitação do privilegiamento do plano econômico no processo histórico, o modo pelo qual o planejamento se efetiva como *planejamento econômico* (enquanto forma mais "acabada" de política econômica) — temos, até a esta altura, a criação de uma "atmosfera" de reflexão crítica sobre política econômica permitindo concluir que: a) a política econômica é fundamentalmente problema político; b) a teoria econômica em que se apóia qualquer política econômica isolada ou um elenco de políticas econômicas exprime um querer coletivo que, ao menos potencialmente, é um querer político; e c) se em cada presente histórico há vários "quereres", apenas "um verdadeiro querer funda um verdadeiro conhecimento" e, portanto, uma "adequada ou viável direção controlada da História" (formulações estas que parafraseiam Hans Freyer, *La Sociología: Ciencia de la Realidad*, trad., Losada, Buenos Aires, 1944).

Por isso mesmo, o estudo das conexões entre política e planificação (básicamente, planificação econômica) não pode deter-se na apreensão das posições *teóricas* (normativas, de maneira implícita ou manifesta) sobre tais conexões. Há que completar-se pelo conhecimento dos modos *efetivos* em que essas conexões ocorrem, o que implica a realização de estudos *empíricos*, sobretudo *estudos de caso*, dessas conexões. Pelo menos três categorias de problemas caem ou deveriam cair no âmbito de tais investigações empíricas: a) o processo político conducente à passagem da realização de políticas econômicas fragmentárias e dispersas para a montagem e execução de um esquema ou elenco integrado de políticas econômicas compatibilizadas entre si — ou seja, à instauração da planificação, independentemente da intensidade desta, dada pelo grau de controle, ao menos instrumental, pelo Estado, do conjunto do sistema econômico; b) o processo de fixação das macroorientações polí-

ticas da planificação, o que implica a visualização desta como operacionalização ou instrumento de concretização de macrodecisões políticas — dentre as quais está, mas não apenas, a própria fixação dos diferentes graus de intensidade do processo de planificação; e c) o processo de alteração e reajustamento das instituições estatais, sobretudo dos corpos legislativos, em face da implantação da planificação e dos diferentes graus de intensidade em que ela se efetiva.

Para melhor colocação destes problemas, impõe-se, como terceiro passo na construção do quadro de referência que nos propusemos a elaborar, a identificação das variedades assumidas pelo processo de planificação. Para tanto, limitamo-nos ao tipo de sistema socioeconômico capitalista, procurando situar essas variedades no processo global de desenvolvimento deste tipo de sistema.

III

Em termos *típico-ideais*, podem ser distinguidas três etapas de desenvolvimento de cada sistema socioeconômico capitalista, que desde o início se configura como sistema intersocietário ou inter-"nacional":

—1) *Capitalismo mercantilista*, de gestação do capitalismo como modo de produção plenamente configurado. Nesta etapa, os nexos entre subsistemas centrais e subsistemas periféricos, no interior de cada sistema intersocietário capitalista, são comerciais-legais e monopolistas. O colonialismo apresenta-se como a condição de existência dos subsistemas periféricos. Estes participam da gestação da etapa subsequente do capitalismo (sempre intersocietário) não apenas como geradores e exportadores de excedente econômico para os subsistemas centrais, mas também como inovadores em formas de produção que vão além das implicadas pelo capitalismo puramente comercial. O Estado, com jurisdição tanto nos subsistemas centrais como nos periféricos, atua como "controlador" (inclusive enquanto promotor) das atividades econômicas. Se, como T. H. Marshall (*Cidadania, Classe Social e Status*, trad., Zahar, Rio de Janeiro, 1967, cap. III: "Cidadania e Classe Social"), classificarmos os direitos da cidadania em civis, políticos e sociais, esta etapa é a da gradativa generalização, sobretudo nos subsistemas centrais, dos direitos civis: liberdade pessoal, de palavra, de pensamento; liberdade religiosa; direito de propriedade; direito à administra-

ção da justiça; e liberdade contratual — côrtes e tribunais de justiça tendo a função institucional de salvaguardar tais direitos. Este processo é parte de um processo mais amplo, que abrange a progressiva constituição, nos subsistemas centrais, da Nação-Estado, do Estado racional-legal e da ideologia liberal. (Além da obra clássica sobre o capitalismo mercantilista, de Heckscher, *Mercantilism*, trad., George Allen & Unwin, Londres, 1955, 2.ª edição revista, vejam-se M. Dobb, *Studies in the Development of Capitalism*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1946, especialmente cap. V: "A Acumulação de Capital e o Mercantilismo", e Eric Williams, *Capitalism and Slavery*, University of North Carolina Press, 1944.)

2) *Capitalismo liberal ou concorrencial*, etapa em que o modo de produção capitalista já está plenamente configurado, e na qual os nexos entre os subsistemas centrais e os periféricos são comerciais puramente econômicos e não-monopolistas. Nela, a Nação-Estado está plenamente constituída nos subsistemas centrais, com a generalização dos direitos políticos (cf. Marshall): direito de participar na eleição de autoridades e o direito correlativo de ser eleito para desempenhar cargos de representação pública, ou seja, participação no processo de tomar decisões de caráter público. A condição dos subsistemas periféricos é marcada pela independência política, iniciando-se nêles o processo de constituição da Nação-Estado, em termos da gradual e lenta expansão da participação nos direitos políticos. Nos subsistemas centrais o Estado racional-legal está plenamente configurado; e a ideologia liberal, acabada, em plena vigência, no sentido de ter correspondentes *efetivos* na generalização dos direitos políticos, na "abertura" das instituições representativas e nas atuações do Estado liberal (através dessas instituições) — atuações dentre as quais a econômica define-se pela negativa: o Estado coloca-se "à margem" das atividades econômicas. O liberalismo, portanto, como "visão do mundo" colore tôda esta etapa do desenvolvimento capitalista, embora como modo de organização social se efetive sobretudo nos subsistemas centrais. Dêle temos, dentre outras, a clássica caracterização de Laski, *El Liberalismo Europeo*, trad., Fondo de Cultura, México, 1961, 3.ª edição. Para nossas finalidades, porém, basta a de Heilbroner, numa obra de vulgarização de alto nível, *O Futuro como História*, trad., Zahar, Rio, 1963:

...as forças sociais (são concebidas)... como o principal impulso da história... Pareciam desafiar — ou, de qualquer modo, pairar acima — do poder individual de influir-lhes no curso... Os agentes dessas forças eram muitos para serem tratados individualmente; a história que representavam parecia dotada de um impulso próprio. Por isso, os novos agentes do progresso histórico levaram consigo um tom de inexorabilidade, de inflexibilidade, de causação social e de processo social tão implacável quanto uma causação ou um processo físico. E com êsse novo 'determinismo' da história social veio ainda uma modificação final e mais importante de tôdas: um novo método de perscrutar o futuro... Agora, com a crescente importância atribuída às forças da história, uma nova forma de prever o futuro se sugeria. O futuro parecia *previsível*. Para uma época alimentada pela mecânica newtoniana, não foi preciso muito tempo para ver a semelhança entre o universo físico das partículas de ação mútua e o universo social de seres humanos de ação mútua. A dissolução mesma do impulso histórico em átomos individualmente insignificantes de convicção política, em correntes invisíveis de um 'estado de espírito', numa pulverização econômica da ação em mais de mil mercados — tudo isso sugeria fortemente uma analogia com o comportamento previsível de entidades físicas... Nenhum trabalho isolado (dentre as obras econômicas, pois podemos lembrar Condorcet) resumiu de forma tão completa essa nova visão do que a *Riqueza das Nações*, de Adam Smith. Na grande concepção de Adam Smith, uma 'mão invisível' dirigia as massas para seus respectivos lugares — e, além disso, dirigia a totalidade da sociedade para seu destino econômico. O mecanismo econômico como um todo era assim lançado num longo gradiente ascendente, cujas perspectivas se projetavam longe no futuro, e cujos benefícios lentos, mas perceptíveis, alcançavam até mesmo a mais ínfima das classes sociais. E tôda essa visão propícia necessitava, para sua realização, nada mais do que uma continuação do processo econômico a que os homens estavam sendo levados e do qual não podiam escapar.

3) *Capitalismo monopolista ou neocapitalismo*, etapa em que os nexos econômicos entre subsistemas centrais e periféricos, além de comerciais, se caracterizam por massivos investimentos monopolistas do "centro" na "periferia". Nela, a condição dos subsistemas periféricos "autônomos" redefine-se como "neocolonialismo", tornando flagrantes as relações de dominação-dependência (ou satelitização "externa") "disfarçadas" na época anterior sob a ideologia do liberalismo. A "Grande Depressão" (tomada como culminância do período de crises que cobre as primeiras décadas do século XX), que apanhou tanto os subsistemas centrais como os periféricos, marca definitivamente o encerramento da etapa capitalista liberal ou concorrencial; e

a nova etapa a partir de então se consolida, para realizar-se em plenitude após a Segunda Guerra Mundial. De início, a "Grande Depressão" desencadeou, tanto nos subsistemas centrais como nos periféricos, um "fechamento de fronteiras" econômicas — o que, nos subsistemas periféricos, propiciou o avanço do processo de constituição da Nação-Estado e do Estado racional-legal. E, no âmbito interno tanto dos subsistemas centrais como dos periféricos, promoveu a reivindicação por direitos sociais (cf. Marshall): direito a um mínimo de bem-estar econômico, de participar amplamente na herança social e de viver a vida de um ser civilizado de acordo com os níveis prevalentes na sociedade. Trata-se, obviamente, de direitos cujo nível é grandemente "rebaixado" nos subsistemas periféricos, mas cuja reivindicação por setores "populares" destes subsistemas — mesmo antes que os direitos políticos aí se tenham efetivamente generalizado — instaura o estado de inconformismo "popular", variavelmente mais difuso ou menos e mais generalizado ou menos. Em outras palavras, instaura o "grande despertar" tipificador dos subsistemas capitalistas periféricos, que o vivenciam, não mais apenas como economicamente atrasados, mas como *subdesenvolvidos*. Também como resposta às consequências econômicas e políticas "internas" da "Grande Depressão", gradativamente e de modo variavelmente mais acelerado ou menos e mais intenso ou menos, emerge e se consolida, tanto nos subsistemas centrais como nos periféricos, a ideologia pós-liberal *neocapitalista*. Esta constitui-se como contrapartida ideológica da redefinição das funções do Estado, tanto nos subsistemas centrais como nos periféricos, e que nada mais são que a caracterização deste como agente planejador.

De fato, à nova ideologia de que a História precisa ser *dirigida*, corresponde a montagem dos mecanismos de intervenção estatal, nos subsistemas centrais e nos periféricos, que vão além do *intervencionismo simples* (intervenção dispersa, mesmo quando freqüente) e que se configuram como as duas modalidades da planificação no sistema capitalista, qualitativamente distintas da *planificação imperativa* inerente ao tipo de sistema socioeconômico socialista: a) a *planificação indicativa*, geralmente exemplificada com o caso dos Estados Unidos; e b) a *planificação flexível*, geralmente exemplificada com o caso da França. A diferença entre ambas modalidades é de extensão e de intensidade:

a) Na *planificação indicativa*, há ausência de plano econômico estatal explícito e detalhado; e a ação estatal é basicamente indireta, realizada sobretudo pela manipulação dos instrumentos de política econômica conhecidos como estabilizadores: instrumentos fiscais (impostos, gastos e empréstimos públicos); instrumentos monetários, pelos quais o Estado atua sobre a economia em conjunto através de sua atuação sobre o sistema bancário: percentagem da reserva, taxa de redesconto, operações em mercado aberto; e os ditos estabilizadores automáticos (imposto de renda progressivo, seguro contra o desemprego).

Os consumidores, os produtores, os prestamistas e os prestatários, os empresários e os investidores — os agentes econômicos em geral — tomarão livremente suas decisões. Contudo, não se pode olvidar que no regime capitalista, de iniciativa privada e livre empresa, as decisões econômicas são em grande parte sugeridas pela situação de mercado. Pois bem, o tipo e a quantidade dos impostos, a magnitude e o destino dos dispêndios públicos, o volume da circulação monetária, a facilidade ou dificuldade do crédito, o nível da taxa de juro concorrem para *determinar a situação do mercado* em cada momento (Zamora, *La Sociedad Económica Moderna: Capitalismo, Planeación y Desarrollo*, Fondo de Cultura, México, 1966).

b) Na *planificação flexível*, o Estado erige-se em diretor da atividade econômica, embora seja proprietário de uma parte relativamente pequena dos meios de produção. Há elaboração de plano estatal em que se fixam as metas da economia nacional e os meios para alcançá-las. A ação do Estado não é apenas indireta, mas também direta. Quanto àquela, aciona instrumentos de política econômica típicos da planificação indicativa (fiscais, monetários e automáticos), ao que caberia juntar os estímulos econômicos específicos (isenções tributárias, empréstimos, subvenções) às empresas ou setores privados conforme delineamento das metas do plano. Quanto à atuação direta, faz-se através dos investimentos públicos conforme as metas do plano (o Estado comportando-se, assim, não apenas como comprador, mas também como produtor) e através de interferência mais direta sobre os preços (o Estado pode "congelar" preços do setor privado, impor preços monopsonicamente, etc.).

O plano estabelece metas para setores, não para empresas ou produtos determinados. Não implica nenhuma coação sobre as empresas. A execução do plano fica assegurada pela in-

fluência dos investimentos públicos e por uma série de estímulos econômicos que o Estado tem à sua disposição: isenções tributárias, empréstimos, subvenções. (Trata-se de planificação) flexível porque se pretende, com ela, que o Estado conduza a marcha do processo econômico, atuando sobre este: *indiretamente*, com medidas capazes de influir na conduta dos setores privados, e *diretamente*, com a ajuda de sua própria atividade, que inclui a do setor nacionalizado (estatizado) — tudo isso dentro de um plano geral de ação (Zamora, *op. cit.*).

Ora, o neocapitalismo tem nessas duas modalidades de planificação apenas um de seus aspectos. Intimamente conexo a esse controle pelo Estado das atividades econômicas está o domínio destas, direto ou indireto, pelos centros de poder privado gigantes (os monopólios ou oligopólios), conjugados em sua atuação com o centro de poder público que é o Estado. Desta conjugação nos dão conta, no que se refere aos subsistemas centrais, dentre outros autores, Galbraith, *O Novo Estado Industrial*, trad., Civilização Brasileira, Rio, 1968; Shonfield, *Capitalismo Moderno*, trad., Zahar, Rio, 1968; Baran e Sweezy, *Capitalismo Monopolista*, trad., Zahar, Rio, 1966; Wright Mills, *A Elite do Poder*, trad., Zahar, Rio, 1962; Tsuru, *Adónde va el Capitalismo?*, trad., Ediciones de Occidente, Barcelona, 1965; Dobb e outros, *Tendências do Capitalismo Contemporâneo*, trad., Civilização Brasileira, Rio, 1967; Fossaeert, *L'Avenir du Capitalisme*, Editions du Seuil, Paris, 1961. Essa mesma conjugação entre centros de poder econômico privados e centro de poder público (o Estado) ocorre nos subsistemas periféricos, mas numa outra modalidade: mais do que à conjugação durante o esforço "nacionalista" destes subsistemas em se constituírem como sistemas capitalistas urbano-industriais "autônomos", há que atentar para a conjugação em curso com o desenvolvimento econômico "associado" ou satelitizado destes subsistemas periféricos aos dos subsistemas centrais. É ela apontada, dentre outros, por Octavio Ianni, *Estado e Capitalismo*, Civilização Brasileira, Rio, 1965; Helga Hoffmann, *Como Planejar nosso Desenvolvimento?*, Civilização Brasileira, Rio, 1963; Theotonio dos Santos, *El Nuevo Carácter de la Dependencia*, CESO, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Chile, 1968; Hamza Alavi, "Imperialism Old and New", e David Horowitz, "The 'Alliance for Progress'", em *Socialist Register*, 1964, Monthly Review Press, Nova York. Essa "nova" conjugação significa, afinal, o "colapso" da Nação-Estado, ainda em consti-

tuição, nos subsistemas capitalistas periféricos — o que é a contrapartida, no plano político, da internacionalização de suas economias "nacionais" por localização, mas não por controle último. A planificação em tais subsistemas, seja indicativa ou flexível — e, com ela, o Estado — revelam-se, então, a esta altura, como instrumentos de realização do "modelo" de desenvolvimento "associado" ou "interdependente", como antes o foram do esforço de realização do "modelo" nacional-desenvolvimentista.

A conjugação entre o Estado planejador e os centros privados de poder econômico, tanto nos subsistemas centrais como nos periféricos, desvenda apenas uma das facetas — embora a dominante — da assunção, pelo Estado, das determinações essenciais do tipo de sistema socioeconômico capitalista. Na faceta examinada, trata-se da incorporação dos interesses das classes dominantes. Cumpre observar a outra faceta, através da visualização do funcionamento das sociedades capitalistas (centrais e periféricas) do ângulo das reivindicações e/ou atendimento dos *direitos sociais*. Deste ponto de vista, as duas modalidades da planificação capitalista correspondem, respectivamente, dois padrões organizatórios: o da *sociedade afluyente* e o da *sociedade "sob" o Estado do Bem-estar*, tal como Marshall o define (*op. cit.*, capítulos VIII e IX): no primeiro, garante-se esses direitos sociais através da sustentação e/ou melhoria, pela atuação do Estado, do consumo "mínimo" material e não-material dos setores "populares" através da garantia de certa participação destes na distribuição da renda global, mas montante de renda este que se traduz num poder de compra no mercado "livre"; no segundo, garante-se tal consumo através da oferta pelo Estado *fora do mercado* ou da oferta em *mercados altamente controlados* pelo Estado de certa parcela de bens e sobretudo serviços componentes desse padrão de vida "mínimo". A apresentação das reivindicações "populares", nos termos em que Marshall a faz, consiste numa forma um tanto esquiva de apresentação das tensões entre classes sociais, inerentes tanto aos subsistemas capitalistas centrais como aos periféricos. Em última análise, o que se apresenta são manifestações dessas tensões no plano das relações de distribuição e no do consumo. De qualquer modo, trata-se de expressões da contradição capitalista fundamental, em suas modalidades de realização nos subsistemas centrais e nos periféricos. Deste ponto de vista, a planificação indicativa e a flexível ou, corres-

pondentemente, os padrões organizatórios da sociedade afluenta e da sociedade "sob" o Estado do Bem-estar consistem em duas modalidades de suavização daquela contradição nos subsistemas centrais e nos periféricos — nestes ela provindo, diversamente do que naqueles ocorre, não do sufocamento das forças produtivas, mas da debilidade "local" destas.

Em suma, o Estado planificador, no sistema capitalista, não paira acima dêste; ou, mais especificamente, sua atuação planificadora exprime o jôgo e a acomodação dos interesses de classes em última análise divergentes. Tanto a emergência da planificação no desenvolvimento do sistema capitalista tomado como um todo, como as modalidades por ela assumidas aparecem, então, como expressões de novas *acomodações históricas* entre êsses interesses. Trata-se, afinal, de uma nova modalidade da função mediadora do Estado capitalista — *o Estado de classe como mediação* —, problemática nuclear do tema dêste ensaio. (A respeito dessa mediação lembrem-se, com intuito meramente indicativo e sem entrar-lhes no mérito, tentativas recentes de exploração teórica empreendidas por Poulantzas: *Hegemonia y Dominación en el Estado Moderno*, trad., Ediciones Pasado y Presente, Córdoba, 1969, e *Pouvoir Politique et Classes Sociales de l'Etat Capitaliste*, Maspero, Paris, 1968.)

Tal como procedemos anteriormente, podemos reunir num esquema, como o da página seguinte, as considerações sobre o desenvolvimento do sistema capitalista e as modalidades da planificação que nêle ocorrem.

Pelo exposto, a implantação histórica da planificação no desenvolvimento do sistema capitalista é resultado de um processo político que, por seu turno, exprime o embate de interesses de classes divergentes. O livro de Hayek, *The Road to Serfdom* (The University of Chicago Press, Chicago, 1944), já por seu título, revela uma postura liberal estrita e soa como um eco da corrente ultrapassada no processo de constituição da etapa neocapitalista, em sua realização tanto nos subsistemas centrais como nos periféricos. Nesta etapa, também a própria defesa de uma ou de outra das modalidades da planificação — esta sendo um de seus traços característicos — faz-se num plano político: ataque e defesa da planificação indicativa ou da planificação flexível exprimem posições políticas em competição no interior dos subsistemas centrais e no dos periféricos. No fundo, tais posições exprimem *possíveis históricos* consistentes em modalidades de desenvolvimento do tipo capitalista e mesmo

Etapas do desenvolvimento capitalista	Nexos entre subsistemas centrais e periféricos	Relação entre Estado e economia.	Participação dos homens "communs"	Natureza do Estado e das ideologias
CAPITALISMO MERCANTILISTA	nexos comerciais-legais e monopolistas	Estado "controlador" das atividades econômicas	direitos civis	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nação-Estado em constituição no "centro" 2. Colonialismo na "periferia" 3. Estado racional-legal em constituição no "centro" 4. Liberalismo em constituição
CAPITALISMO LIBERAL ou CONCORREN-CIAL	nexos comerciais puramente econômicos não-monopolistas	Estado liberal, "à margem" das atividades econômicas	direitos políticos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nação-Estado constituída no "centro" 2. Nação-Estado em constituição na "periferia" 3. Estado racional-legal constituído no "centro" 4. Vigência da ideologia liberal
CAPITALISMO MONOPOLISTA ou NFOCAPITALISMO	nexos comerciais mais investimentos monopolistas na "periferia"	Estado planificador das atividades econômicas	direitos sociais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Colapso da Nação-Estado em constituição na "periferia" (neocolonialismo) 2. Ideologias pós-liberais: neocapitalista e socialista 3. Redefinição da atuação do Estado no "centro" e na "periferia": <ol style="list-style-type: none"> a) planificação indicativa (sociedade afluenta) b) planificação flexível (sociedade "sob" o Estado do Bem-estar)

de sua *negação*. Numa apreensão esquemática: a defesa da planificação flexível e, correspondentemente, a crítica da planificação indicativa traduzem a defesa de uma *acomodação entre interesses de classes divergentes* que resultou, ou deveria resultar, de maior negação da etapa "clássica" ou liberal ou concorrencial do sistema capitalista. E a própria instauração ou da planificação indicativa ou da planificação flexível é produto de diferentes *acomodações históricas* entre interesses de classes divergentes, variáveis, portanto, no espaço e no tempo. De fato, embora em nenhuma das duas modalidades o Estado pareça acima do sistema capitalista, o certo é que, no caso da planificação indicativa, a atuação estatal está mais imediatamente vinculada aos interesses "específicos" das classes ou facções de classes economicamente dominantes; ao passo que, no caso da planificação flexível, mantém uma maior autonomia relativa em face desses "específicos" interesses, orientando sua atuação por interesses a longo prazo, coincidentes com necessidades a serem atendidas visando-se a persistência histórica do sistema capitalista em conjunto.

Com referência às duas modalidades da planificação capitalista, no âmbito interno dos subsistemas centrais, temos como exemplo da defesa da planificação indicativa a teoria do poder compensatório, de Galbraith, *American Capitalism*, Houghton Mifflin, Boston, 1957, 2a. edição: trata-se de uma espécie de preservação, por reajustamento, dos mecanismos de "livre" mercado, em que não mais se encontram agentes econômicos "atomizados", mas agentes econômicos constituindo grandes "agregados", cabendo ao Estado, quando necessário, preservar tais mecanismos de mercado através do fortalecimento e mesmo da organização dos "agregados" dotados de menor poder de barganha. Por outro lado, a defesa da planificação flexível pode ser ilustrada pelas posições de John Strachey, *El Capitalismo Contemporáneo*, trad., Fondo de Cultura, México, 1960, e de W. Arthur Lewis, *Os Princípios do Planejamento Econômico*, trad., Fundo de Cultura, Rio, 1960: partem da efetiva vigência da planificação flexível, explicam sua instauração histórica como resultado de forte pressão das reivindicações das classes dominadas, cuja incorporação, pelo Estado, suporta a relativa autonomia deste em face dos interesses "específicos" das classes ou facções de classes economicamente dominantes. A "exploração" dessa maior autonomia, pelas classes "desfavorecidas", resulta numa defesa da planificação flexível e do padrão

organizatório da sociedade "sob" o Estado do Bem-Estar, cuja persistência passa a consistir no requisito de maiores reivindicações por parte dessas classes — definindo-se uma estratégia de sua participação crescente nos centros de decisão estatais, de modo a orientar a planificação flexível para o atendimento crescente de seus interesses econômico-sociais ligados às suas "desfavoráveis" situações de classe. Firma-se, assim, uma linha de *reformismo* progressista-não-negador do capitalismo, que apenas no limite redundaria em transição pacífica para o socialismo.

Quanto à outra postura de negação do capitalismo — mas de negação imediatamente assumida, ao contrário do que ocorre com os reformistas —, temos duas variantes marxistas, conforme seja admitida ou não, na análise do capitalismo desenvolvido dos subsistemas centrais, uma maior autonomia do Estado para com os interesses "específicos" das classes ou setores de classes economicamente dominantes: a) a negação no plano teórico dessa maior autonomia leva à linha política de *negação revolucionária* desde agora do capitalismo. Baran, Sweezy e Bettelheim, por exemplo, no fundo assumem esta posição, como se depreende de suas análises das sociedades capitalistas centrais e, mais diretamente, de seus argumentos às questões levantadas por Tsuru sobre as possibilidades de persistência histórica do capitalismo, reproduzidos no já mencionado livro deste; b) diversamente, a aceitação no plano teórico de uma maior autonomia do Estado conduz à linha política de *negação* do capitalismo por uma estratégia de *reformas-não-reformistas*, através da exploração das *possibilidades* que essa espécie de "brecha" oferece ao "encantoamento" progressivo do capitalismo por forças políticas "populares". Estas levariam, através de sua crescente participação nas decisões estatais e, portanto, na fixação das metas no processo de planificação flexível, a restringir as oportunidades de reprodução do capital, através da elevação do montante do fluxo de renda captado pelo Estado e de sua utilização como investimentos em "áreas" que, espontaneamente, ficariam reservadas à iniciativa privada. Representativos desta segunda variante da negação marxista do capitalismo são Tsuru, na obra citada; Gorz, *Stratégie Ouvrière et Néocapitalisme*, Éditions du Seuil, Paris, 1964; Peggio, "A Internacionalização da Vida Econômica e a Classe Operária", em *Tendências do Capitalismo Contemporâneo*, citada; Trentin, "Les Doctrines Néocapitalistes et l'Idéologie des Forces Domi-

nantes", *Les Temps Modernes*, setembro-outubro de 1962; e outros mais.

No âmbito interno dos subsistemas periféricos, deixando-se de lado a existência de posições à Hayek, a defesa e o ataque da planificação indicativa e da planificação flexível dão-se num campo de possíveis históricos diversos (embora correspondente, por incompatibilidade ou compatibilidade) do campo de possíveis dos subsistemas centrais. Mas, tal como no caso destes, implicam também concepções teóricas acerca da existência ou não de maior autonomia do Estado em face dos "específicos" interesses econômicos privados dominantes. No fundo, todas as posturas políticas não-negadoras do capitalismo identificáveis nos subsistemas periféricos admitem uma efetiva autonomia relativa do Estado — explicável pela debilidade do desenvolvimento interno do capitalismo, e que faz com que cada uma delas conceba, à sua maneira, a orientação "defensável" do Estado numa ou noutra direção como promotor do desenvolvimento econômico, e não como sustentador deste como ocorre nos subsistemas capitalistas altamente desenvolvidos. Dentre os defensores do capitalismo, duas posições competem entre si (ao que tudo indica, melhor seria dizer: competiram): (a) a propugnadora do desenvolvimento capitalista "associado", que adere à planificação indicativa, como por exemplo transparece nas ações e nos escritos de Roberto de Oliveira Campos (dentre estes, *Economia, Planejamento e Nacionalismo*, APEC Editôra, Rio, 1963); e (b) a propugnadora do desenvolvimento capitalista "autônomo" ou do "modelo" nacional-desenvolvimentista, como sucede por exemplo no Brasil com Celso Furtado, *A Pré-revolução Brasileira*, Fundo de Cultura, Rio, 1962, e *Um Projeto para o Brasil*, Saga, Rio, 1968; com Sérgio Magalhães, *Problemas do Desenvolvimento Econômico*, Civilização Brasileira, Rio, 1960; com Hélio Jaguaribe, *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Fundo de Cultura, Rio, 1962. Esta mesma posição aparece ampliada num pan-latino-americanismo em Prebisch, *Hacia una Dinámica del Desarrollo Latinoamericano*, Fondo de Cultura, México, 1963, e *Nueva Política Comercial para el Desarrollo*, Fondo de Cultura, México, 1964. Não obstante, esta segunda postura, de defesa de um capitalismo "autônomo" e de um processo de planificação flexível, diferencia-se da primeira num nível mais profundo, por partir da admissão da existência ou da possibilidade de existência de uma maior auto-

nomia relativa do Estado. Nisso exprime-se, também, sua aceitação e/ou preconização de uma maior participação "popular" na fixação das metas do processo de planificação flexível, como esta passagem de Celso Furtado, *Um Projeto para o Brasil*, ilustra:

Se se admite, como doutrina pacífica, que a pequena minoria que controla a maior parte da capacidade produtiva de nesso país dispõe do poder e dos meios para opor-se com êxito a uma política de desenvolvimento que implica reduzir sua participação na renda nacional, a discussão do problema nos termos em que a fazemos aqui não tem sentido prático. Partiremos, entretanto, de uma hipótese diferente, ou seja, que o sistema de poder em nosso país não se confunde, exatamente, com a estrutura social que controla o sistema produtivo. Na medida em que essa hipótese seja verdadeira, todo esforço visando a aprofundar a compreensão destes problemas tem uma chance de contribuir para elevar o nível de racionalidade das decisões políticas.

Quanto à postura de negação do capitalismo, também encontramos, nos subsistemas periféricos, duas variantes marxistas que, modernamente, no plano internacional, são manifestações do debate sino-soviético. (Veja-se, a respeito, Gorz, "Le Débat Sino-Soviétique", cap. VI de *Le Socialisme Difficile*, Éditions du Seuil, Paris, 1967.) Em última análise, implicam concepções "teóricas" distintas quanto à relação entre atuação do Estado e "específicos" interesses econômicos privados dominantes, nacionais e/ou estrangeiros, nos subsistemas capitalistas periféricos: aceitação ou negação de maior autonomia, efetiva e/ou potencial, do Estado em face desses interesses. A aceitação dessa maior autonomia leva a apoiar, de imediato, a planificação flexível e sua orientação para o desenvolvimento de sistemas capitalistas urbano-industriais "autônomos", postpondo a negação imediata destes para depois que estiverem constituídos. Apesar de certas divergências no interior dessa "linha soviética", são dela representativos, entre nós, Werneck Sodré, *Introdução à Revolução Brasileira*, José Olympio, Rio, 1958, *História da Burguesia Brasileira*, Civilização Brasileira, Rio, 1964, etc.; e Caio Prado Jr., *A Revolução Brasileira*, Brasiliense, São Paulo, 1966. Em contraposição, a negação da efetiva e/ou potencial maior autonomia relativa do Estado conduz à imediata negação do capitalismo — posição que é tipicamente assumida, por exemplo, por Wanderley Guilherme, *Reforma contra Reforma*, Tempo Brasileiro, Rio, 1963, por Gunder

Frank, *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, Monthly Review Press, Nova York, 1967, e por Theotonio dos Santos, *El Nuevo Carácter de la Dependencia*, citada.

Embora em geral partam, em sua argumentação, da preocupação com o desenvolvimento do "Terceiro Mundo", os que cremos, com Myrdal, poder designar por *internacionalistas* chegam muito além, na sua proposta: como que se colocam acima das orientações políticas internas aos subsistemas capitalistas centrais e aos periféricos, bem como da competição entre capitalismo e socialismo; e, por isso mesmo, propõem o restabelecimento renovado de uma divisão mundial do trabalho, "superior" à do capitalismo liberal do século XIX. "Superior" em dois sentidos: a) na medida em que ela pressupõe a constituição generalizada de sociedades urbano-industriais no "Terceiro Mundo"; e b) na medida em que os nexos econômicos, generalizados em escala mundial, far-se-iam entre tôdas as nações ou blocos de nações "autônomos", admitidos aquelas e estes como menos desenvolvidos do que atualmente. Isso conduz os internacionalistas a defenderem a planificação em escala não apenas nacional, mas também internacional, tanto como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico "autônomo" no "Terceiro Mundo", como de promoção e sustentação de uma nova divisão internacional do trabalho, "mais equitativa" e continuamente controlada ou planificada, entre nações e grupos de nações "autônomos". Como os internacionalistas não são nem socialistas nem marxistas, os seus projetos de uma controlada divisão internacional do trabalho incorporam e ampliam, para um âmbito internacional e mesmo mundial, ou a planificação indicativa (como se dá com Tinbergen, *Hacia una Economía Mundial*, trad., Ediciones de Occidente, Barcelona, 1965) ou a planificação flexível (para o que tendem Myrdal, *O Estado do Futuro*, trad., Zahar, Rio, 1962, e Prebisch, *Nueva Política Comercial para el Desarrollo*, cujo pan-latino-americano só adquire seu pleno significado como componente de um projeto internacionalista).

Ao que tudo indica, porém, no que se refere ao tipo de sistema socioeconômico capitalista, diversamente do que preconizaria a ideologia dos internacionalistas, está emergindo em algumas partes e consolidando-se em outras um processo de planificação internacional que tende a generalizar-se por todo o "mundo" capitalista, caracterizando-se como processo de pla-

nificação indicativa e/ou de planificação flexível — processo este cujo centro ou centros e ou são Estados ou poderosos órgãos paraestatais dos subsistemas capitalistas centrais e, dentre estes, do ou dos mais hegemônicos.

IV

Como se verifica em tôda a exposição precedente, o realce concedido à planificação como modalidade nuclear de fazer História contemporânea foi sempre a concebendo como *processo instrumental*, o que pressupõe, portanto, a realização continuada do processo político, enquanto competição entre possíveis historicamente dados. Nada há, pois, de adesão à tese tecnocrática tão corrente e debatida, que implica, em última instância, a afirmação da existência de um processo em curso de estiolamento e afinal de extinção do processo político — este, sim, processo nuclear *tout court* de fazer História. Não aderir à tese tecnocrática tão ardentemente defendida por Burnham (*The Managerial Revolution*, Indiana University Press, Bloomington, 1960, 2a. edição), não significa, no entanto, deixar de reconhecer, dentre outros com Meynaud (*La Technocratie: Mythe ou Réalité?*, Payot, Paris, 1964), que a consolidação da planificação, sobretudo da planificação flexível, impõe um processo de reajustamento das instituições estatais, em particular dos corpos legislativos, em geral "antiquadas" em face das funções do Estado planificador. Tais instituições e os "velhos" homens políticos, moldados ao capitalismo liberal, "despolitizam-se" no sentido de que estão sendo "esvaziados" de sua função política "passada" — o que não significa que decisões especificamente políticas, traduzidas *instrumentalmente* nas modalidades e nos objetivos da planificação, deixem de estar sendo tomadas, com participação apenas parcial ou mesmo completamente à margem daquelas instituições estatais e daqueles homens políticos. A tese tecnocrática é, pois, uma ideologia, não a constatação de um fato:

Denomino 'ilusão tecnológica' uma tese que se difundiu grandemente com o progresso técnico, com a tecnologia como ciência, com a tecnocracia e a teoria tecnocrática. Muitos historiadores, sociólogos e teóricos nas ciências humanas tendem a isolar o fator técnico, a desligar — em todos os domínios — e a considerar em si mesmo, separadamente, o elemento propriamente tecnológico. Tendo-o assim separado e considerado em si mesmo, vêem neste aspecto da realidade

humana um fator explicativo. Eles consideram-no como primordial; a técnica e a tecnologia tornam-se uma espécie de chave para a solução de todos os enigmas de todas as situações humanas.

Os tecnocratas não fazem senão levar até suas mais extremas conseqüências esta tese, bastante difundida hoje em dia... Proponho-me a mostrar que a técnica não é senão um aspecto ou elemento de uma totalidade mais complexa: as relações sociais.

A ilusão tecnológica, considerada como fato social, desdobra-se em dois sentidos. De um lado, desenvolve-se no sentido *utópico*. Os técnicos, apenas com o auxílio da técnica industrial, vão construir a cidade ideal. Sem dificuldades outras que aquelas provindas da incompreensão dos políticos, eles podem, eles devem criar um mundo melhor. Fora, portanto, de toda ação política, vão — apenas pelo poderio da técnica — introduzir-nos na era da abundância. A industrialização será conduzida a seu termo histórico e humano, fora de qualquer problema pósto pelas relações humanas e sociais.

Malgrado suas pretensões à pura objetividade, a teoria tecnocrática e gerencial tem um conteúdo político. Ela dissimula o significado político do poder dos técnicos em questão, o significado de seu esforço para penetrar no aparelho de Estado, para geri-lo, constituindo, para além do velho capitalismo da livre concorrência, uma espécie de supercapitalismo, ao qual eles esperam (ilusoriamente) assegurar a coerência e a conservação. A ilusão tecnocrática supõe que se considere o Estado como um simples instrumento, como um conjunto de técnicas governamentais, em si mesmo indiferente às relações sociais e superior a essas relações. O que dissimula a estrutura deste Estado e impede a análise de suas formas capitalistas ou socialistas.

Se há crises, desemprego, subprodução ou superprodução, isso dever-se-ia a que o Estado (mais precisamente: os homens no poder, os governos) não soube adotar as medidas técnicas. Os homens de Estado têm feito, segundo os tecnocratas, política, portanto, má política! Esta ideologia mascara ao mesmo tempo o capitalismo, as leis do capitalismo, a estrutura do Estado nos quadros do capitalismo e a evolução desta estrutura. Fazer política gritando que não se a faz não é uma atitude nova nem original. A ilusão tecnológica e tecnocrática, com seu aparente 'apoliticismo', continua uma velha mistificação. A crítica objetiva evidencia que os técnicos aceitam o quadro social e político existente, que eles nele se integram porque suas técnicas são determinadas por este quadro e pelas relações sociais existentes (Henri Lefebvre, "Les Conditions Sociales de l'Industrialisation", em Gurvitch, org., *Industrialisation et Technocratie*, Colin, Paris, 1949).

Ao contrário do que a tese tecnocrática pressupõe, ela própria exprime uma concepção da Política e do Estado, uma concepção da História e, em última instância, uma teoria do conhecimento no campo das ciências sociais. Tal constatação remete-nos, outra vez, ao esquema sugerido anteriormente para a identificação e a análise das implícita ou explicitamente aceitas e defendidas conexões "teóricas" entre política e planificação: não apenas no caso da tese tecnocrática, mas também no caso das conexões "teóricas" entre política e planificação subjacentes à defesa ou ao ataque de uma ou outra das duas modalidades de planificação capitalista, bem como subjacentes às funções instrumentais que a estas são fixadas, enquanto "exploração" consciente de diferentes *possíveis* inerentes aos subsistemas centrais e periféricos, na etapa em curso do desenvolvimento histórico do tipo de sistema socioeconômico capitalista.